



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 08/04/25

Chagas
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Ao Deputado Furber

Vieira
para relatar.

Em 01/04/25

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

Assinatura manuscrita do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, com a sigla "HP" ao lado.

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO GOVERNO Nº 37/2025

“Institui o Sistema de Compensação pelo Cumprimento de Metas por Indicadores Estratégicos de Criminalidade no Estado do Piauí.”

RELATOR: DEPUTADO RUBENS VIEIRA

I - RELATÓRIO

Apresento, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos a constitucionalidade do Projeto de Lei Ordinária do Governo nº 37/2025, de autoria do **Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Piauí, Rafael Tajra Fonteles**, que tem como objetivo principal instituir o Sistema de Compensação pelo Cumprimento de Metas por Indicadores Estratégicos de Criminalidade, destinado aos agentes de segurança pública integrantes da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Piauí.

A proposta é fundamentada na necessidade de implementar um mecanismo meritocrático que valorize e motive os profissionais das forças de segurança pública por meio de uma compensação financeira vinculada ao desempenho e atingimento de resultados estratégicos na redução da criminalidade. Este sistema propõe-se a estabelecer metas específicas que serão monitoradas continuamente através de indicadores objetivos definidos pela Secretaria de Segurança Pública, buscando assegurar uma atuação integrada e eficiente das forças policiais.

Além disso, o projeto prevê a criação de uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação responsável pela definição técnica das metas e pela análise dos resultados obtidos. Esta Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

será composta por representantes de alto escalão das forças de segurança e por especialistas técnicos, em análise criminal, garantindo, assim, critérios objetivos e transparentes na fixação, monitoramento e avaliação das metas estabelecidas.

Destaca-se ainda a atenção especial do projeto às peculiaridades demográficas, geográficas e estruturais das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), conferindo maior efetividade às estratégias adotadas ao considerar as diferentes realidades locais. A proposta estabelece claramente as condições para o pagamento da compensação pecuniária, especificando as situações de exclusão, tais como afastamento, cessão ou lotação em órgãos não vinculados diretamente à segurança pública, ou a percepção de gratificação por função comissionada.

Dada a relevância da matéria, que envolve aspectos constitucionais, administrativos, financeiros e sociais, compete a esta Comissão examinar minuciosamente o projeto, garantindo sua conformidade com os dispositivos legais vigentes e sua aplicabilidade prática no contexto estadual.

Eis o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

1. Sobre a Competência e Formalidade:

O projeto foi encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 75, §2º, II, alínea *a*, da Constituição Estadual¹, que atribui ao Governador a iniciativa privativa para propor leis sobre organização administrativa e matéria financeira. A proposta está em conformidade com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, apresentando exposição de motivos clara e justificativa adequada.

¹ Art. 75. A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

(...)

§ 2º São de iniciativa privativa do Governador as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A previsão regulamentar por meio de decreto executivo, estabelecida no artigo 7º do projeto, demonstra uma técnica legislativa adequada, ao possibilitar flexibilidade e agilidade administrativa na definição e ajustes dos critérios e valores de compensação, garantindo ainda assim segurança jurídica aos beneficiados. A proposta revela também um cuidado especial ao definir claramente os processos administrativos que irão reger o sistema, assegurando, assim, maior transparência e controle sobre os procedimentos internos.

2. Adequação Constitucional:

A análise da adequação constitucional do Projeto deve considerar os seguintes princípios e dispositivos:

Princípio da Eficiência (Art. 39, CE²): Promove a eficiência administrativa ao estimular o cumprimento de metas concretas e mensuráveis, alinhadas aos objetivos estratégicos definidos no Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. Com isso, busca resultados práticos na redução da criminalidade, incentivando o aprimoramento contínuo das práticas operacionais e estratégicas das forças policiais.

Princípio da Legalidade (Art. 39, CE): Observa o princípio da legalidade ao prever claramente a estrutura normativa e regulamentar que fundamentará a compensação pecuniária, definida em percentual até 75% do subsídio dos agentes envolvidos, garantindo transparência, previsibilidade e estabilidade jurídica para todos os envolvidos no processo.

Princípio da Isonomia (Art. 5º, CF): Garante tratamento igualitário aos agentes das diversas forças de segurança pública envolvidas, respeitando as atribuições constitucionais de cada instituição e evitando discriminações arbitrárias ou injustas. Esta isonomia contribui para a harmonização das relações internas e promove um ambiente de cooperação e integração operacional.

Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000): Condiciona a efetivação da compensação ao cumprimento das diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, assegurando o equilíbrio fiscal e a

² Art. 39. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

sustentabilidade financeira da medida proposta, prevenindo desequilíbrios financeiros que possam afetar negativamente as contas públicas.

3. Conformidade com a Política Pública de Segurança

Seguindo a análise da proposta, verifica-se que o Projeto propõe uma medida inovadora e altamente meritória. Está alinhado às boas práticas de gestão pública, consolidando um modelo já testado com sucesso em outras unidades federativas, demonstrando eficácia comprovada na redução dos índices de criminalidade e aumento da produtividade das forças policiais.

A criação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação confere seriedade e rigor ao processo, estabelecendo critérios técnicos claros e mecanismos de transparência e controle social sobre os resultados obtidos. Este modelo, além de promover eficiência operacional, cria uma cultura organizacional positiva e focada em resultados concretos e mensuráveis.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa legiferante do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Piauí, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua **aprovação**.

Este é o meu parecer.

III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após discussão e deliberação resolve pela:

() Aprovação

() Rejeição



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Sala de Reuniões das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa, Teresina (PI),

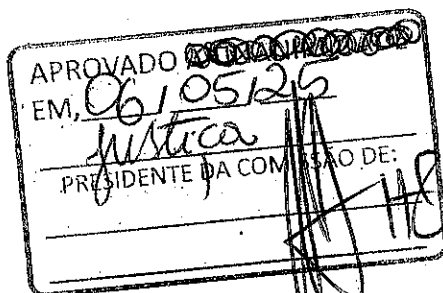
_____ de abril de 2025.

RUBENS VIEIRA

RELATOR

Deputado Estadual

Partido dos Trabalhadores (PT)



Uale me

Assistencas Dep. Genivaldo Rêgo

Concedido vista ao processo
do Dep. Genivaldo Rêgo

Em 15/04/25

Presidente da Comissão de